



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JERUMENHA/PI

Processo n. 08000264620198180058

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO RIKELME DE SOUSA QUEIROZ E OUTROS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JERUMENHA, 16 de setembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

RAZÕES DO RECURSO

COLEND A CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo *“a quo”* deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO

A presente ação foi intentada pelos filhos de Cyntia Roberta da Silva Sousa, vítima fatal com base de acidente automobilístico, ocorrido 15/07/2017.

Busca-se com isso, o recebimento da indenização relativa ao seguro DPVAT em sua totalidade.

Desconsiderando o fato de que Diones Marques do Reis convivia maritalmente com a vítima, foi concedido o pedido em sua totalidade em favor dos autores, o que não merece prosperar.

Chama-se atenção o fato de que, os autores Crystian e Francisco Riquelme já contam com maioria, razão pela qual resta patente a falha na representação, sendo necessária a juntada de procuração outorgada por estes ao seu advogado.

Além disso, considerando, a existência de incapaz, ratifica a necessidade de intimação do MP, para que se manifesta na forma dos artigos 178, II c/c 279 do CPC, requer seja verificada a omissão informada e a consequente intimação do Parquet para acompanhar o feito.

DAS RAZÕES PARA REFORMA DA SENTENÇA

DA ILEGITIMIDADE “AD CAUSAM” PARA RECEBIMENTO INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO

Em que pese a sentença tenha condenado a seguradora ao pagamento da quantia total de R\$ 13.500,00 em favor dos autores, fato que não pode ser ignorado é que a vítima convivia maritalmente com Diones Marques do Reis.

Quanto a isto, cumpre destacar que a Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 e estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil¹.

O artigo 792 do Código Civil prevê que metade da indenização será paga ao cônjuge, e o restante será dividido entre os herdeiros.

¹“Art. 4º: A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)”.

Ocorre que, conforme consta nos autos, nos ID. 8329837 - Pág. 41, há certidão de casamento perante a igreja católica, o Sr. Diones registrado boletim de ocorrência (ID. 8329837 - Pág. 40), indicando ser esposo da vítima.

Com isso, deve-se observar que a sentença ao não resguardar a cota parte correspondente ao possível convivente, violou a legislação e deu azo ao enriquecimento ilícito dos autores.

No mais, a total ausência de informação, na certidão de óbito, sobre a existência de filhos da vítima já é motivo para a extinção da ação, de modo a evitar que qualquer outra Sociedade Seguradora participante do “pool” do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar outro pagamento a possível beneficiário que possa surgir.

Desta forma, diante da ausência de comprovação de que os autores são os únicos herdeiros, requer seja reformada a sentença, para que a ação seja julgada **extinta sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 485, VI do Código de Processo Civil**.

Caso não seja este o entendimento desta corte, requer, seja resguardada a cota parte correspondente à Diones Marques do Reis, visto seu vínculo de companheiro da vítima e que o mesmo não figura como parte na ação.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JERUMENHA, 16 de setembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrito na **1841 - OAB/PI** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FRANCISCO RIKELME DE SOUSA QUEIROZ**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **JERUMENHA**, nos autos do Processo nº 08000264620198180058.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819